

Integração Internacional



João Augusto Ribeiro Nardes
Ministro do TCU.

Foi Deputado Federal e coordenou, no Congresso Nacional, a Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa que resultou na aprovação da Lei do Simples. Foi eleito presidente do TCU para 2013, e da Organização Latino-Americana e do Caribe das Entidades de Fiscalização Superiores (Olacefs) para o triênio 2013-2015. É formado em Administração de Empresas, com Pós-graduação em Política do Desenvolvimento e com Mestrado em Estudos do Desenvolvimento pelo Institut Universitè d'Études de Genebra, Suíça. É também Especialista em Estatística do Trabalho pelo Japan International (JICA).

Como presidente eleito da Organização Latino-Americana e do Caribe das Entidades de Fiscalização Superior (Olacefs), quais diretrizes o senhor tem para sua gestão no ano de 2013, e como vê a importância da integração da Olacefs com a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai)?

A proposta é focarmos no desenvolvimento institucional das entidades fiscalizadoras superiores (EFS) membros e da própria Olacefs.

Em relação às entidades, em conjunto com a Secretaria-Executiva, o Comitê de Capacitação Regional (CCR) e demais órgãos da Olacefs, buscaremos facilitar às EFS da região o acesso a mecanismos de autoavaliação, para que conheçam bem seus pontos fortes e suas oportunidades de melhoria, e colocaremos em prática ações para fomentar a internalização do conhecimento à disposição na comunidade internacional de EFS.

Entre essas ações, buscaremos o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das habilidades das EFS da Olacefs, principalmente por meio de auditorias coordenadas, o que colocará a organização na vanguarda de temas chave da cooperação internacional, exercendo protagonismo e dando uma significativa con-

tribuição ao desenvolvimento de seus membros, em benefício de toda a região. Em relação ao acesso das EFS a mecanismos de autoavaliação, destacamos diagnósticos institucionais tais como o *peer review* – revisão de pares. A relevância desse tipo de avaliação para a comunidade de EFS foi reconhecida pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai) que, em seu Plano Estratégico 2005-2010, dispõe que a organização apoia programas de revisão de pares, que identifiquem melhores práticas para aperfeiçoar a qualidade das atividades das EFS. Em 2010, o XX Incosai aprovou a ISSAI 5600, “Guia para revisão de pares”. Uma vez que se trata de um procedimento voluntário, essa disseminação demonstra boa aceitação e bons resultados. A Intosai e algumas de suas EFS membros apontam importantes vantagens na revisão de pares, que incluem, entre outras, a flexibilidade e liberdade na delimitação do conteúdo das revisões, a possibilidade de ser avaliada por uma instituição de prestígio internacional e divulgar os bons resultados dessa avaliação para seus *stakeholders* e a possibilidade de ser avaliada por instituições que já passaram por desafios e questões internas semelhantes às da EFS avaliada.

A nossa atuação no fomento ao intercâmbio internacional

de conhecimentos e experiência não estará limitada ao meio das organizações de EFS, mas também buscaremos nos aproximar ainda mais das instituições chave no panorama internacional, como bancos e agências de fomento nacionais ou multilaterais, entre os quais o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano (BID), agências da Organização das Nações Unidas (ONU), a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal), a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Comunidade do Caribe (Caricom), a Comunidade Andina de Nações (CAN), a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), o Mercado Comum do Sul (Mercosul), entre outras. Essa maior integração permitirá ao mesmo tempo o alcance de dois objetivos: melhor identificação de temas comuns de importância para os países membros da Olacefs que poderão ser objeto de auditorias coordenadas e a ampliação da divulgação dos resultados das auditorias elaboradas pelas EFS latino-americanas por meio dessas organizações.

Buscaremos também maior conscientização por parte das EFS para implementação de padrões internacionais de auditoria, a adoção das normas da Intosai (*International Standards of Supreme Audit Institutions – ISSAIs e Intosai Guidance for Good*

Governance – INTOSAI GOV) redigidas pelas e para as EFS integrantes da organização. Em recente pesquisa junto à Olacefs, verificou-se que apenas quatro EFS utilizam efetivamente as ISSAIs como referência para a redação ou atualização de suas próprias normas. Para que as EFS de nossa região possam conhecer o conjunto das ISSAIs e decidir se e em que medida devem utilizá-las, há necessidade de um engajamento da própria Olacefs nos esforços que a Intosai vem promovendo para a disseminação e implementação das ISSAIs em todo o mundo.

O Brasil sedia a secretaria-executiva da EFSul. Como esta entidade se relaciona com a Olacefs? Como está o cenário no sentido da projeção da EFSul a Corte de Contas do Mercosul? Em que pé está a questão do Parlasul/Focem?

Justamente de nossa experiência na EFSul é que surgiu a ideia das auditorias coordenadas para a Olacefs.

O TCU participou de auditorias coordenadas no âmbito da Organização das EFS dos Países do Mercosul e Associados (EFSul), a qual integra desde sua criação, e tem participação destacada na Comissão Técnica de Auditoria Ambiental (COMTEMA) da Olacefs. O Tribunal está à frente da Se-

cretaria-Executiva da EFSul pela segunda vez, desde 2008, e no desempenho dessa missão desenvolvemos os primeiros planos estratégicos da entidade (2009-2011 e 2012-2014), dando impulso à atividade de auditoria coordenada entre as EFS membros. Foram realizados três trabalhos de auditoria coordenada: duas fiscalizações trataram do funcionamento do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) e outra tratou de um programa financiado por esse Fundo, o Programa Mercosul livre de febre aftosa (PAMA).

Acreditamos no controle por parte dos cidadãos do Mercosul, para que todos saibam como e onde estão sendo aplicados os recursos, nos moldes das fiscalizações exercidas pelo Tribunal de Contas Europeu. Destaco, nesse sentido, pronunciamento do então senador Sérgio Zambiasi no Parlamento do Mercosul (Parlasul), onde destacou o trabalho de auditorias coordenadas da EFSul e o avanço das negociações sobre a criação de uma corte de contas regional.

A experiência do TCU no plano internacional pode contribuir de que forma para o sucesso na presidência da Olacefs?

O Tribunal de Contas da União já tem trabalhado bem integrado à Organização Inter-

nacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai). Cito como exemplo nossa recente reunião com o secretário da Intosai em Viena, quando nos empenhamos no avanço da aproximação das EFS da Olacefs com as Cortes de Contas Europeias, para intercâmbio de experiências. Ademais, o TCU é uma das EFS mais avançadas e com maior autonomia na América Latina e a cooperação que temos com as EFS de outros países, como o *U.S. Government Accountability Office (GAO)* e o *National Audit Office – UK* nos dá a condição de liderar. Além disso, temos mais de 100 anos de experiência e uma atuação de grande amplitude no controle garantida pela Constituição Federal de 1988. Será a primeira vez que o Brasil presidirá a Olacefs e creio que o cenário é propício a contribuirmos muito para o fortalecimento da organização.

Em dezembro o senhor foi eleito presidente do Tribunal de Contas da União. Sua plataforma para nova gestão defende a continuidade da evolução pela qual tem passado o controle. Tanto na administração pública federal, como aqui no TCU. Fale-nos sobre este processo.

A nossa proposta é de resgate de ideias apresentadas na história recente do tribu-

nal e um amadurecimento e uma convergência com novas ideias que vêm sendo apresentadas pelo Plenário do TCU e por seus servidores. Também é fruto do levantamento realizado para a elaboração do nosso Planejamento Estratégico 2011-2015 (PET). Para o diagnóstico do PET, foram ouvidos o corpo técnico, os dirigentes e as autoridades do TCU. Cremos que é chegada a hora de avançarmos rumo à concretização das ações que foram detectadas como necessárias para a modernização da Casa.

O que se busca com a nova estrutura da Secretaria Geral de Controle Externo (Segecex)?

A nova estrutura procura dar seguimento aos avanços pelos quais o Tribunal de Contas da União vem passando nas últimas gestões. Destaco, em especial, a expressiva redução dos estoques de processos alcançada na Presidência do ministro Ubiratan Águiar. Em seguida, o ministro Benjamin Zymler conseguiu fortalecer as fiscalizações realizadas pelo TCU, enfatizando o treinamento dos auditores. E esse avanço foi possível graças ao empenho dos servidores do TCU em reduzir os estoques de processos. Isso nos possibilitou uma oxigenação, que nos permite trabalhar hoje com mais qualidade. Entre os principais objetivos, estão:

- Ampliar a especialização das unidades técnicas, intensificando a realização de trabalhos relevantes que permitam contribuir para a melhoria da gestão e do desempenho da administração pública e coibir a ocorrência de fraudes e desvios.
- Manter o foco em fiscalizações selecionadas por meio de informações estratégicas (inteligência do controle).
- Sistematizar o provimento de informações relevantes para o Congresso Nacional por meio de relatórios periódicos, por função de governo, como saúde e educação.

Como ficam as unidades regionais nesse modelo?

Busca-se fortalecer a atuação das unidades técnicas nos estados, levando em consideração temáticas regionais e as habilidades das equipes, abrindo oportunidade para o desenvolvimento dos talentos dos servidores. As vocações regionais deverão ser objeto de estudo que levará em conta a opinião dos servidores lotados nas secretarias dos estados. Aqui na sede, nosso intuito é dar identidade para as unidades técnicas numeradas, especializando as secretarias.

Que benefícios são esperados deste novo passo?

Acredito que a especialização das unidades técnicas,

juntamente com maior atenção à governança corporativa, ao planejamento das ações de fiscalização e maior coordenação entre as unidades - em especial, trazendo as secretarias regionais para trabalhos de maior relevância para o tribunal - trarão uma série de benefícios para o TCU. Entre eles destaco coibir a ocorrência de fraudes e desvios nos recursos públicos federais, pois responderemos mais tempestivamente às demandas. O Brasil já é líder mundial, mas para se consolidar nessa liderança deve ser eficaz e eficiente no atendimento às necessidades sociais. Não apenas ofereceremos respostas ágeis, mas qualificadas, que agreguem efetividade ao Estado.

